

03 Histórias do Orçamento

O presidente eleito Fernando Collor fará muito bem se, como anunciam, promover a revisão da proposta orçamentária. As informações sobre os critérios da Comissão de Orçamento são preocupantes e inúmeras as distorções, como, por exemplo, a retirada de recursos destinados à melhoria da arrecadação para pulverizá-los em obras indicadas por parlamentares, as quais são adiáveis. O combate à sonegação, no entanto, tem sido apontado como prioritário, o que torna injustificável o desvio.

A Comissão de Orçamento, a mais importante do Congresso, começou errada ao reeleger para sua presidência um deputado, quando o cargo, pelo rodízio previsto, deveria ser ocupado por um senador. Sendo maioria, os deputados assenhorearam-se da Comissão e somente agora, tardiamente, o Senado compreendeu o erro e está propenso a reagir, exigindo seu controle e fixando-a em uma de suas dependências.

A lei orçamentária é fundamental e deveria ser discutida exaustivamente, com todos os parlamentares enfocando os problemas de suas regiões, sem perder a visão global. No entanto isso não ocorreu. A tramitação foi demorada — até poucos dias apresentaram emendas no Prodases — o prazo constitucional desrespeitado, porém não houve debate amplo sobre as verbas e suas finalidades. Houve, sim, muito entendimento sobre sua destinação, o que é bem diferente.

Pela definição clássica o orçamento revela

o programa do governo, mas na prática isso não acontece. Por diversos motivos, que vão desde a inflação até a pressão política forçando créditos especiais, o Orçamento tem sido, entre nós, quase uma formalidade institucional. Em consequência de seu descredito, é aprovado em sessões relâmpagos do Congresso Nacional, sem discussão plenária.

No caso deste ano, com nova Constituição, os ministros econômicos empenharam-se em reduzir o déficit público, a causa maior da inflação. Empenham-se mas não conseguiram que o Governo os apoiasse no Congresso. O Governo cruzou os braços e assistiu, sem reagir, aos parlamentares inventarem até uma verba especial, calculada com base em previsão de arrecadação, o que é uma irresponsabilidade.

No momento em que o futuro presidente parece disposto a implantar um regime de austeridade, cortando subsídios e extinguindo favores, o Poder Legislativo expõe suas fraquezas, como a prodigalidade com os recursos públicos, o que ficou claro na corajosa exposição de motivos do ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, ao atual presidente da República, que, infelizmente, agiu no episódio como político, não como administrador. Depois, ainda há quem conte histórias do Orçamento.

■ JOÃO EMÍLIO FALCÃO

03.FEV 1990

CORREIO BRAZILIENSE